



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

Aquisição de Meios de Cultura utilizados em procedimentos de análise laboratorial ambiental.

II – DA JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Análises Biológicas (SEAB) da Gerência de Análises Laboratoriais (GELAB) da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental (DISEQ) executa uma média de 14 mil ensaios por ano (dentre análises microbiológicas, biológicas e ecotoxicológicas) atendendo à solicitação de ensaios dos Planos de Monitoramento da Gerência de Informações Hidrometeorológicas e de Qualidade das Águas (GEIHQ) para diagnóstico dos corpos hídricos e classificação de balneabilidade das praias, da Gerência de Licenciamento de Indústrias (GELIN) para o licenciamento ambiental por meio do monitoramento de efluentes líquidos, das demandas de superintendências, Ofícios de Instituições Públicas, Ministério Público, emergências/acidentes ambientais e demais solicitações do INEA. Para dar pleno atendimento à demanda analítica cujos resultados devem ser precisos e exatos, faz-se uso de instrumentos necessários e imprescindíveis para garantia e confiabilidade dos mesmos: equipamentos (calibração, qualificação e manutenções preventivas/corretivas), reagentes, padrões e insumos. Especificamente o setor de microbiologia do SEAB, necessita, para cumprimento de controle de qualidade das análises de rotina e preparação de ampolas para o Credenciamento de Laboratórios, a utilização de **meios de cultura**.

Ressalta-se que a GELAB possui um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado e, desde junho de 2016, recebeu a acreditação junto ao INMETRO, sob o número CRL1103, participando da Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio e atendendo aos critérios estabelecidos na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. Com o objetivo de verificar se o laboratório continua atendendo aos requisitos da acreditação, o INMETRO realiza reavaliações periódicas sendo que a primeira ocorreu em julho de 2017, a segunda no período de 22 a 26 de julho de 2019 e está prevista uma em janeiro de 2021. A acreditação encontra-se vigente e faz-se importante sua manutenção para aperfeiçoamento, reconhecimento e referência da capacitação e aceitação dos dados de ensaio, em âmbito nacional e internacional. É imprescindível para garantia, confiabilidade e rastreabilidade dos resultados.

III – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

LOTE ÚNICO - MONITORAMENTO AMBIENTAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	APLICAÇÃO
------	-----------	------	-------	-----------

LOTE ÚNICO - MONITORAMENTO AMBIENTAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	APLICAÇÃO
01	Plate Count Agar <ul style="list-style-type: none"> Composição (g/L): 2,5 de Extrato de levedura; 5,0 de Peptona de Caseína; 1,0 de D(+) glicose, 14,0 de Agar-agar. pH 7,0 ± 0,2 à 25°C 	10	Frasco de 500g	Meio de cultura utilizado para determinação de bactérias heterotróficas e para reativação e manutenção de micro-organismos de referência
02	Meio de A1 <ul style="list-style-type: none"> Composição (g/L): 20,0 de Peptona de caseína, 5,0 de lactose, 5,0 de cloreto de sódio, 0,5 de salicina e 1,0mL de Triton X-100. pH=6,9±0,2 à 25°C 	70	Frasco de 500g	Caldo utilizado para determinação de coliformes termotolerantes
03	Caldo Nutriente <ul style="list-style-type: none"> Composição (g/L): 3,0 de Extrato de carne e 5,0 de Peptona. pH 6,8±0,2 a 25°C 	10	Frasco de 500g	Utilizado nos testes de esterilidade de materiais preparados
04	Água Peptonada Tamponada, de acordo com a ISO 6579 <ul style="list-style-type: none"> Composição (g/L): 10,0 de Digerido pancreático de caseína, 5,0 de cloreto de sódio, 9,0 de Na₂HPO₄ X 12H₂O; 1,5 de Potássio dihidrogeno Fosfato KH₂PO₄ pH 7,0±0,2 à 25°C 	15	Frasco de 500g	Utilizado como água de diluição nos métodos de Tubos Múltiplos e de Membrana Filtrante
05	CALDO LAURIL TRIPTOSE: <ul style="list-style-type: none"> Composição (g/L), Triptose 20,0; Lactose 5,0; Cloreto de Sódio 5,0; Lauril Sulfato de Sódio 0,1; Fosfato Potássio Dibásico 2,75; Fosfato Potássio Monobásico 2,75; pH Final= 6,8 + 0,2 a 25°C 	03	Frasco de 500g	Meio de cultura utilizado para PRESUNÇÃO de Coliformes Totais e <i>Escherichia coli</i> – Tubos Múltiplos

LOTE ÚNICO - MONITORAMENTO AMBIENTAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	APLICAÇÃO
06	CALDO EC-MUG: <ul style="list-style-type: none">• Composição (g/L), Triptose 20,0; Lactose 5,0; Cloreto de Sódio 5,0; Fosfato Dipotássico 4,0; Fosfato Monopotássico 1,5; 4-Methylumbelliferyl-β-D-glucuronide (MUG) 0.05• pH Final= 6,9 + 0,2 a 25°C	03	Frasco de 500g	Meio de cultura utilizado para CONFIRMAÇÃO de <i>Escherichia coli</i> – Tubos Múltiplos

IV – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

- Disponível em embalagem com 500g
- Os meios de cultura devem ser acompanhados de Certificado de Análise e no ato da entrega, os itens deverão ter, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

V – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:

O prazo máximo de entrega é de até 30 (trinta) dias, a contar da ciência/retirada da Nota de Empenho.

Os produtos deverão ser entregues na Avenida Salvador Allende nº 5.500 – Recreio dos Bandeirantes - Rio de Janeiro – RJ, CEP 22783-127.

Contato 021-2333-4445/4451 e gelab@inec.rj.gov.br; naop@inec.rj.gov.br, para agendamento do horário de entrega.

VI – DA ESTIMATIVA DO VALOR:

A competência da realização de ampla pesquisa de preços é do Serviço de Licitações e Compras (SECOMP) subordinado à Gerência de Administração e Logística (GEAD).

VII – DO PAGAMENTO:

Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

Os pagamentos somente serão realizados **após a entrega integral dos itens**, respeitadas as condições de aceite descritas abaixo:

O aceite provisório e definitivo será dado pelo setor requerente, mediante avaliação de portfólio e, se necessário, teste de eficácia do produto pelo laboratório do Inea, acompanhado de Certificado de Análise.

Constatado que o produto ofertado está em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, o fornecedor terá **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da ciência da recusa, para entrega de novo produto que atenda ao especificado neste Termo de Referência.

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a. entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato;
- b. entregar o objeto sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c. manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d. comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f. indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros; e
- g. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

IX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a. efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b. fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c. exercer a fiscalização do contrato;
- d. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

X – DAS PENALIDADES:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

- A. – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que

evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

- B. – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
- C. – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;
- D. – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e
- E. – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

Qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às

seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- I. - advertência;
- II. - multa administrativa;
- III. - suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- IV. - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

XI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN) subordinado à Coordenadoria Executiva e de Planejamento (COEXEC).

FONTE:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

XII - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:

Cada contrato e instrumento congênere celebrado no âmbito do INEA será acompanhado e fiscalizado por uma comissão de fiscalização, composta por um Gestor de Contrato e por Fiscais de Contrato, ambos designados por ato do Diretor(a) da área requisitante.

As Comissões de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização deverão acompanhar a execução dos contratos, fiscalizando o cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações previstas nos dispositivos legais, no termo de referência e no instrumento contratual, sempre atendendo aos princípios explícitos e implícitos que norteiam os contratos administrativos.

O diretor do órgão interno responsável pelo contrato designará para compor as Comissões de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização, 01 (um) gestor de contrato, 02 (dois) servidores da área requisitante para a fiscalização, além da designação de (1) um suplente na função de fiscalização.

A portaria de designação dos integrantes da Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização deverá ser publicada no Boletim de Serviços do INEA e/ou DOERJ.

Em caso de impedimentos funcionais e concomitantes de (2) dois integrantes da Comissão responsáveis pela fiscalização, devidamente comprovados, a atestação será realizada pelo Gestor do Contrato, ou no caso de impedimento deste, do superior hierárquico.

XIII – RESULTADOS ESPERADOS:

Permitir o gerenciamento e controle de dos poluentes nos sistemas de abastecimento de água e corpos hídricos. Portanto, a sua detecção e quantificação na água são fundamentais e exigidas pelas legislações ambientais vigentes: Portaria de Consolidação nº 05/2017-Anexo XX do Ministério da Saúde, Normas Institucionais do INEA e Resoluções CONAMA nº 357/2005 e 430/2011 do Ministério do Meio Ambiente, uma vez que podem comprometer o abastecimento de água, bem como o seu uso recreacional, vindo a acarretar problemas quanto à saúde pública.

XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS:

A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Anna Karolina de Oliveira Amaro, Chefe de Serviço**, em 23/10/2020, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Pedro Corvino, Gerente**, em 26/10/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **9462176** e o código CRC **6A0FB7A1**.